

CORREIO DA PARAÍBA |

PL para encarecer luz

Congresso. 40 projetos dão benesses a grupos e consumidor pagará a conta

Redação

Com agência

Descontos para universidades, instituições filantrópicas, consumidores rurais, criadores de peixes, pessoas que vivem próximas a hidrelétricas e até para aquelas que moram, mais especificamente, no município de Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro, e dormem nas proximidades das usinas nucleares de Angra.

Essas são apenas algumas das dúzias de benesses que o Congresso Nacional quer enfiar na conta de luz do consumidor de todo o País, ampliando ainda mais a car-

ga bilionária de subsídios que já pesa sobre a energia elétrica.

O Instituto Acende Brasil, especializado no setor elétrico, fez um levantamento detalhado dos projetos de lei que tramitam no Congresso e que preveem a inclusão de novos subsídios

sobre a conta de luz, custos que não têm relação alguma com a prestação de serviços de energia elétrica, mas que, segundo o Tribunal de Contas da União, já absorvem mais de R\$ 4 bilhões por ano das tarifas em todo o país.

A análise mostra que, de

2013 para cá, nada mesmo que 49 projetos de lei que previam novos subsídios tramitaram no Congresso. Desses, apenas nove foram arquivados ou retirados pelo autor. Estão em plena tramitação, portanto, 40 projetos para beneficiar determinados grupos com descontos que devem ser bancados por todos.

Entre os pleitos estão descontos nas tarifas para municípios que possuem hidrelétricas em seu entorno e ampliação de benefícios para consumidores rurais, usuários de poços artesianos e aqueles que façam uso de práticas de aquicultura e irrigação, os quais já são atendidos por subsídios.

Comissão

TRAMITAÇÃO - Desses 40 projetos de lei, 22 já foram apreciados pela Comissão de Minas e Energia (CME) e apenas dois foram rejeitados, ou seja, 20 PLs estão em estágio avançado de tramitação e aptos a serem submetidos aos plenários do Congresso e, conseqüentemente, à sanção presidencial. Entre os 18 projetos que ainda não foram apreciados pela CME, cinco estão tramitando na Comissão.